

## *Artigos*

---

*MÉTIS: história & cultura*



---

## *Pescadores que explicam estancieiros ou mais uma sobre história e antropologia*

*Fishermen explained that ranchers or one more of history and anthropology*

***Adriano Comissoli\****

---

**Resumo:** O artigo aborda contribuições que a antropologia poder fornecer para estudos de história social. A base para tal avaliação são os trabalhos de Barth e Sahlins que desenvolvem análises de ação social baseadas na ação concreta de sujeitos cultural e historicamente localizados. A contribuição de ambos se mostra válida devido ao fato de suas abordagens privilegiarem a cultura como padrão de comportamentos o que permite sua aplicação às questões próprias da ciência histórica. Ao fim, o cruzamento entre antropologia e história permite superar a aparente dicotomia entre macro e microeventos e construir conclusões de cunho estrutural por meio de ação individual. O caso trabalhado como exemplo é o da liderança pessoal no Rio Grande de São Pedro do século XIX.

**Palavras-chave:** Ação social. Antropologia. Comportamento. História.

**Abstract:** The article discusses the contributions that anthropology can provide for studies of social history. The basis for this assessment is the work of Fredrik Barth and Marshall Sahlins that develop analysis of social action based on concrete individual action cultural and historically located. The contribution of both shows validity because of their preference approaches to culture as the pattern of behavior that allows its application to matters of history. Finally the intersection between anthropology and history can overcome the apparent dichotomy between macro and micro events and build structural conclusions through individual action. The case worked as a leading example is the personnel leadership in the Rio Grande de São Pedro of XIX century.

**Keywords:** Social action. Anthropology. Behavior. History.

---

---

\* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da UFRJ. Bolsista da Capes.

Hoje eu gostaria de acrescentar algo de antropólogo ao meu trabalho de historiador. Não é novidade que os historiadores podem buscar contribuições na antropologia, pois já Febvre alertava para a aproximação das duas ciências em seu clássico *Combates pela história* (1989). No que concerne à minha investigação de doutorado, esse cruzamento surgiu a partir dos trabalhos de historiadores italianos que são comumente relacionados à chamada micro-história, em especial Levi (1992, 2000) e Grendi (1978). Através de suas investigações me foi oferecida uma série de leituras antropológicas as quais me permitiram pensar questões de pesquisa para a realidade luso-brasileira, notadamente a relação entre atores sociais, a concatenação de poderes local e central e a avaliação da ação histórica.

Antes de mais nada, gostaria de recomendar – apesar de seu sucesso – o abandono da expressão micro-história para os trabalhos que se detêm numa investigação de relações interpessoais como o são os dos citados autores. O termo surgiu menos de uma proposta metodológica abrangente e mais por ser o nome de uma coleção de trabalhos de pesquisadores com abordagens variadas, a coleção *Micróstoria* da Editora Einaudi. Talvez seja esse o momento de perceber que a microanálise, que foi uma ferramenta interpretativa usada em trabalhos específicos, não contém a totalidade dos trabalhos de Grendi ou Levi, sendo, portanto, uma opção para problemas históricos determinados. O próprio Levi adverte que a opção por determinada escala de análise não é dada por antecedência ao próprio questionamento a ser empregado, esse sim responsável por estabelecer parâmetros investigativos. Nunca é demais lembrar que é a pergunta o primeiro motor da pesquisa histórica.

Não considero que todo problema histórico ganhe em ser tratado num nível microanalítico. De toda a forma, [...] escolher uma escala de observação significa escolher um instrumento analítico que não é neutro, e de que a escala dos fenômenos não está inscrita na realidade. (LEVI, 1998, p. 203).

Não se trata a microanálise – e eu não sou o primeiro a dizê-lo – de estudos de problemas miniaturizados. (REVEL, 1998). A microanálise foi tomada de empréstimo à antropologia como uma forma de estudo das relações sociais, a qual privilegia o encontro entre atores sociais, em especial no nível interindividual, como estruturante da sociedade. O modo pelo qual os antropólogos desenvolveram essa linha de raciocínio

deve-se à própria natureza de sua ciência, que envolve, em grande medida, o trabalho de campo com base na observação de interações sociais concretas entre sujeitos. Portanto, ao assumir a microanálise como metodologia de trabalho, nem os antropólogos nem os historiadores que por eles foram influenciados se detinham em problemas de repercussão limitada, antes sim optavam por uma escala de observação que privilegiava uma determinada forma de exame da sociedade.

A história se afastou da antropologia no que concerne ao uso de microanálise devido às suas próprias necessidades de trabalho, tendo de realizar uma adaptação do instrumental metodológico. A natureza da investigação histórica, influenciada pela seleção social e temporal dos documentos e sua exigência científica de ligar-se à passagem do tempo, causou o afastamento. Contudo, para compreendermos não somente a origem, mas, sobretudo, para dominarmos o conceitual da microanálise, é importante reconstituir parte do pensamento de Barth, antropólogo norueguês que foi importado por Grendi e Levi. Obviamente, o diálogo dos italianos com a antropologia não era pioneiro. De fato, ele se baseava solidamente nos exemplos concedidos pelo britânico Thompson e pelo austríaco Polanyi, ambos avidamente lidos pelos pesquisadores da península itálica. (LIMA FILHO, 1999).

Para melhor explicar as ideias de Barth sobre a microanálise, utilizarei um caso de estudo que estou desenvolvendo em minha tese de doutorado que versa sobre administração, elite e poder no Rio Grande de São Pedro, entre 1808 e 1831. Acredito que facilitará a avaliação do ganho que a microanálise de corte antropológico pode oferecer. O problema histórico que propus foi o seguinte: como compreender a mobilização de homens armados para três tentativas de tomar o poder na Província do Rio Grande de São Pedro, em 1821? Identificados os líderes das manifestações, me pareceu necessário retornar no tempo para compreender que tipos de relações atrelavam-nos aos seus comandados, raciocínio que me foi possível desenvolver por meio de uma carta anônima que acusava os ditos sujeitos de contrabandear e de praticarem diversas irregularidades. Minha aposta foi fundir a hierarquia militar com uma capacidade de liderança pessoal, o que remete a laços que se estabelecem e se renovam ao longo do tempo. Os comandantes militares colocados no centro da questão são dois: Manuel Marques de Souza e Antero José Ferreira de Brito, ambos nascidos no Rio Grande de São Pedro.

A situação investigada consistiu de três sucessivos amotinamentos de tropas no ano de 1821, os quais visaram a derrubar o governo

instituído pelo rei Dom João VI, ainda que não apresentassem pretensões emancipacionistas. Após avaliar uma série de narrativas e cartas sobre os eventos, conclui que o General Manuel Marques de Souza e seu ajudante-de-ordens e sobrinho Antero José Ferreira de Brito foram os principais articuladores das insurreições. Ambos foram presos e enviados para o Rio de Janeiro onde seriam julgados, mas chegando à Corte, à época do *Fico* de Dom Pedro, acabaram por ser perdoados e libertados.

O desafio é compreender a possibilidade de os dois oficiais militares disporem de soldados para realizar os motins. Note-se que falo não da cadeia de comando militar, mas da capacidade de arregimentar homens para uma ação ilegal e contrária aos poderes legítimos. É bem possível que essa mobilização utilizasse as ideias liberais que então fervilhavam nas mentes dos homens do início do oitocentos, fazendo-os criar inúmeras expectativas sobre a Constituição portuguesa que era debatida nas Cortes Extraordinárias de Lisboa.<sup>1</sup> Não subestimando a força que tal ideário exerceu para o convencimento e a aprovação pelos insurgentes, gostaria de propor outra chave de leitura que seja capaz de explicar o domínio da elite sobre parte da população também em tempos menos conturbados que o ano de 1821.

As ações de Manuel Marques de Souza e Antero José Ferreira de Brito constituem exatamente o que Sahlins (2006), como voltarei a explicar adiante, considerou uma ação sistêmica, pois dependiam do lugar social que ocupavam. O fato de emitirem ordens e de seus homens as acatarem se ligava a sua capacidade de comando e de liderança, atributos que não lhes eram exclusivos naquela sociedade. Por *comando* entendo a hierarquia militar e a obrigação de serviço nas tropas a que todos os vassalos homens estavam obrigados. Por *liderança* entendo não somente a parcela institucional da direção das tropas, mas a habilidade de tornar essa obrigação uma adesão espontânea, na qual líder e liderados barganham constantemente. A matriz interpretativa de que me valho está localizada no trabalho de Barth (1981a), que oferece uma leitura baseada no comportamento transacional dos atores sociais.

A assertiva de Barth de que a análise da vida social só pode ser alcançada ao se estudar pessoas reais em situações reais – e, assim, se desligar de projeções idealizadas – conduz ao entendimento dos sujeitos como compostos de *status*. Esses *status* são conjuntos de direitos e obrigações – estímulos e constrangimentos, para ser mais exato – que somente são visualizáveis em situações concretas de transações entre atores sociais. De maneira simplista, os *status* são as características sociais que

fazem os sujeitos se movimentarem ou se deterem. Os diferentes *status* de um ator social evidenciam-se quando da interação entre dois ou mais atores, assim, a liderança e a hierarquia só existem na medida em que o líder se relaciona com seus subordinados e vice-versa. As transações são, portanto, sequências de interações que são sistematicamente governadas por reciprocidade. (BARTH, 1981a, p. 36-38). Posso afirmar que a dita reciprocidade não significa uma igualdade entre os atores sociais, mas tão somente que a um *status* determinado corresponde um outro igualmente específico. Nas transações ocorre de um ou mais *status* encontrarem-se ativos.

Segundo Barth, a ideia de uma dicotomia entre um nível social *macro* e outro *micro* ou entre sistema e ação social é uma falsa questão. A formulação desses conceitos, a fim de tornar-se verdadeiramente funcional, deve ser realizada não como diferentes tipos ou níveis de realidade, mas como diferentes faces da mesma. A realidade é uma só, e os fenômenos individuais (ações sociais) são simultâneos aos fenômenos macro (sistema social). Eles ocorrem ao mesmo tempo, mas são enxergados pelo investigador de uma forma ou de outra, dependendo das questões elencadas. O autor afirma, ainda, que compreende os eventos constituintes da vida social como micro, i. é, realizados conforme os atores sociais, mas que, ao mesmo tempo, essas ações só adquirem sentido explicativo para um sistema social quando geram uma forma agregada, superior, portanto, aos atores individuais. A diferenciação entre *micro* e *macro* não deve se dirigir à separação e oposição das duas faces da realidade, mas a uma cuidadosa reiteração de ambas. As duas escalas de observação só adquirem sentido quando mutuamente referenciadas – o que retoma com força a dialética entre sujeito e estrutura. “This source of change can only be depicted where the two levels are distinguished, but contained within a single framework of analysis.” (BARTH, 1981b, p. 81).

O caso concreto que Barth utiliza para exemplificar o comportamento transacional é o do funcionamento de um barco de pesca de arenque no norte da Noruega. A intenção do barco pesqueiro é tão somente realizar a mais bem-sucedida pesca possível, o que parece bastante óbvio. Contudo, o funcionamento do barco e os parâmetros pelos quais a mesma pesca é avaliada mostram tensões e a necessidade de tomar decisões continuamente, em especial pelo capitão do barco (*skipper*). Os diversos barcos pesqueiros atuam de maneira muito concentrada, o que significa que a medida do sucesso e,

consequentemente do fracasso da pescaria, se dá pela quantidade de arenque relativa aos demais barcos. Uma pescaria bem-sucedida só é vista como tal diante do montante capturado por outros barcos. Nesse sentido, um barco que se afasta dos demais se lança à incerteza de obter mais ou menos arenque que os rivais. Tanto o capitão quanto os pescadores sabem disso, e a ousadia necessita de respaldo para se mostrar legítima. Tendo em conta a sazonalidade dos contratos da tripulação (que são feitos por temporadas de dois meses), os capitães têm de contar especialmente com seu prestígio com os pescadores, a fim de contratar uma boa tripulação, o que demanda boas pescas. Por sua vez, o sucesso da pesca exige voluntarismo, esforço e prontidão quase contínuos dos pescadores, fazendo com que o capitão utilize menos as obrigações contratuais, como forma de comando, e mais um ambiente de cooperação espontânea. Para tanto, ele realiza concessões: permite o acesso à ponte do barco e aos instrumentos, escuta sugestões dos pescadores quanto à posição dos cardumes e mantém uma aura de infalibilidade, tranquilizando seus homens. Em contrapartida, os pescadores estão prontos para jornadas de trabalho que chegam a 72 horas seguidas.<sup>2</sup> A cooperação, portanto, baseia-se na confiança de que juntos poderão apanhar uma grande quantidade de arenque, a qual é, no fim, dividida entre o capitão e os pescadores. “The whole interaction depends on and maintains relations of trust; the prestations on the bridge are in a sense *token* prestations.” (BARTH, 19181a, p. 43).

A medida do sucesso se dá por dois indicadores. O primeiro, sem dúvida, é o montante de arenque pescado que é dividido segundo a hierarquia da tripulação e o contrato previamente estabelecido: a quantia do capitão é duas a três vezes maior que a de um pescador, enquanto o responsável pela rede pode receber de duas a cinco vezes mais. Mas a medida do sucesso é inversamente a medida do fracasso, pois se uma pesca pode alcançar 5 mil libras em peixe, ela pode também sofrer reveses como a perda de uma rede avaliada em 6 mil libras. O segundo indicador coloca novamente a relatividade da situação. A quantidade de arenque capturada só se torna mais ou menos expressiva diante do resultado dos demais barcos. Assim, os capitães são avaliados pelo sucesso relativo de suas pescas, elemento que incidirá na próxima temporada de contratação quando as melhores tripulações procurarão os mais bem-sucedidos capitães. De modo objetivo, o prestígio que o sucesso relativo atinge aumenta a confiança e a cooperação da tripulação, que estará mais disposta



a aceitar e apoiar o comando e a ousadia de seu capitão, arriscando-se mais na busca pelo pescado.

No Rio Grande de São Pedro, a capacidade de recrutamento dos chefes militares componentes da elite local também pode ser medida pelo prestígio que têm e, nessa ótica, é igualmente um quadro de comportamento transacional. Inicialmente, defino o panorama dos recrutamentos militares. As Forças Armadas portuguesas (e mais tarde as brasileiras) apresentavam um sistema tripartido, no qual a primeira linha das tropas era composta de efetivos profissionais, isto é, de soldados que se dedicavam exclusivamente ao serviço militar. As forças de segunda e terceira linhas (respectivamente Milícias e Ordenanças), mobilizavam os moradores de uma localidade ao serviço militar quando necessário, ainda que temporariamente. Essa era uma obrigação, e a negativa de serviço era considerada deserção, punível com prisão. As Ordenanças raramente eram destinadas ao combate, mas serviam para policiar as povoações, enquanto as Milícias, ainda que fossem forças de reserva, foram a base para as campanhas na Banda Oriental entre 1811 e 1828.<sup>3</sup>

Muitos dos líderes militares nascidos no Rio Grande de São Pedro ou que se ligaram a famílias da região ocupavam postos nas Milícias ou nas Ordenanças, não participando do Exército regular. Antero José Ferreira de Brito, por exemplo, era Coronel de Milícias em 1821, quando dirigiu um motim em outubro. A organização e o aparelhamento dessas tropas dependiam diretamente de seus comandantes, via de regra, estancieiros ou parentes desses, pois conquanto o fardamento e o armamento dos milicianos dependessem dos próprios soldados, muitos não dispunham de recursos para tanto, sendo providos pelos oficiais. Nesse sentido, os comandantes

estavam muito longe de serem “militares” no sentido de funcionários de um exército moderno e profissional. Tais senhores da guerra levavam para o exercício desses postos toda uma série de obrigações, de prestações de favores e ajuda que eram esperadas por parentes, aliados e subalternos. Prestações essas que, quando contempladas, solidificavam lealdades e ampliavam sua legitimidade. (FARINATTI, 2007, p. 169).

Aqui já percebemos um pouco da fusão entre a hierarquia coercitiva das Forças Armadas e a liderança pessoal baseada em confiança, como no caso dos pescadores de arenque. As prestações e obrigações se aproximam da relação de confiança que o capitão do barco tem de criar

nos pescadores; em ambos os casos, os valores estão sendo transacionados para além de obrigações contratuais formais.

O alcance de um chefe militar em arregimentar homens era uma das principais medidas de seu prestígio, tanto aos olhos dos moradores da região quanto aos dos secretários de Estado da Corte. Por tal motivo, os comandantes lançavam mão de variados meios para coagir ou cooptar soldados. Na prática, a coerção ao recrutamento foi o expediente mais utilizado, pois o serviço nas Milícias, não dispendo de soldo e afastando os homens de suas lavouras, desarticulava o sustento de suas famílias. Os comandantes, apesar de obrigados a recrutar todos os homens capacitados, frequentemente dispensavam aqueles que apresentassem razões pertinentes ou que dispunham de algum favoritismo.

Era prática corrente no Rio Grande do Sul, que parte dos arregimentados deixassem os corpos onde estavam prestando serviço para tratar de seus afazeres, voltando algum tempo depois. Esse era um tipo de concessão que os comandantes precisavam fazer para que não ficassem sem homens em suas unidades. (FARINATTI, 2007, p. 173).

Portanto, apesar da coerção generalizada, os oficiais buscavam criar um sistema de cooperação que possibilitasse a manutenção tanto das tropas quanto das atividades produtivas das quais eram desviados os paisanos, mesmo porque muitos eram empregados nas terras dos próprios chefes militares, o que significava a ativação de múltiplos *status* transacionais. Esse tipo de favorecimento buscava aliciar os sujeitos por meio de uma lógica do dom, isto é, de uma prestação de favor à qual se espera uma contrapartida. (HESPANHA; XAVIER, 1993). Essa tanto poderia ser em serviço nas estâncias quanto nas tropas. Ao mesmo tempo, os laços estabelecidos em outras situações – por exemplo, oferta de trabalho sazonal nas estâncias – serviam para requisitar o comparecimento às Milícias quando necessário.

Comandantes prestigiados obtinham mais sucesso na ação de recrutamento, porque conseguiam converter seu comando em liderança. Dosar a obrigação militar com a barganha e a concessão era não tanto uma atitude desprezada dos oficiais, mas uma necessidade para o funcionamento da tropa. A transação entre o líder e o liderado funcionava na base da troca de serviços; contudo, esses refletiam o acesso desigual de cada um aos mesmos recursos de modo que, enquanto peões ofereciam braços para o trabalho e para a guerra, com alguma lealdade, os

comandantes os compensavam com empregos, dispensas, fardamentos, carnes, tabacos, erva mate, prostitutas e a possibilidade de saque ao inimigo. Da parte dos liderados, a barganha era igualmente interessante. Deserções podiam custar uma temporada na cadeia ou mesmo o envio para tropas regulares ao mesmo tempo que minavam a relação de confiança com o líder que, em tempo de paz, poderia oferecer trabalho, um pedaço de terra ou proteção em tempos difíceis (concedendo alimentos e roupas, por exemplo). A construção de uma cooperação baseada na confiança gerava maior adesão, o que facilitava a arregimentação e a condução da tropa. A realidade concreta oferecia espaço para a constante flutuação do espectro transacional, não podendo ser limitada a uma posição fixa dos atores sociais. Os chefes militares haviam de ceder em certas ocasiões, mas não permitiriam a quebra da hierarquia, elemento que afetaria sua capacidade decisória. Ao mesmo tempo, é razoável conceber que as relações variassem entre os diferentes sujeitos. O oferecimento de serviços de destaque, sem dúvida, despertaria a atenção dos oficiais graduados gerando maiores possibilidades de favorecimento.

Uma das maneiras mais eficientes de estimular as tropas se encontrava na pilhagem. Esse costume de guerra antidiluviano mostrava-se necessário não somente ao incentivo, mas igualmente à sobrevivência da tropa, de modo que o vice-rei Marquês do Lavradio publicara um bando instituindo as regras da partilha do espólio de guerra, garantindo um quarto do butim para a tropa. (PEREGALLI, 1986, p. 86). Obviamente, posso figurar que a realidade prática se afastava de tal proporção, e que o grau de confiança da tropa em seu comandante afetava a distribuição de presas de guerra. No extremo sul, conquanto após as batalhas o saque aos mortos e feridos fosse generalizado, tomando botas, fardas e armas, a principal presa de guerra se configurava em animais. O costume de apoderar-se de cavalares e vacuns em meio às ações de guerra visava não somente ao enriquecimento dos estancieiros, mas igualmente servia de pedestal para o controle de seus soldados. Um comandante com capacidade de liderança reconhecida era visto como um homem apto a conceder a vitória aos seus soldados e juntamente com ela o acesso ao butim. Como no caso dos pescadores noruegueses, o sucesso dependia do esforço conjunto de toda a tropa, mas o mérito recairia particularmente sobre o comandante, visto ser ele o responsável pela estratégia e pela decisão de enfrentar ou não o inimigo em determinadas condições.

Alcançadas as presas de guerra, a divisão dessas, conquanto privilegiasse os oficiais graduados, era a chave para garantir a fidelidade dos combatentes. Ainda que a guerra representasse sempre um risco, o acesso ao fruto da pilhagem significava uma possibilidade concreta de melhoria de vida, além do próprio sustento da tropa em campanha.<sup>4</sup> O bom comandante era capaz de atrair para si um número mais expressivo de seguidores, enquanto um comandante de menor prestígio – fosse devido à inaptidão estratégica, fosse por avareza na distribuição da presa de guerra – se via às voltas com um maior número de deserções e um menor grau de cooperação.

O Tenente-General Manuel Marques de Souza e seu sobrinho e assistente-de-ordens, o Coronel Antero José Ferreira de Brito, eram líderes militares habilidosos. Não somente alcançaram vitórias nas campanhas da Banda Oriental de 1811 e 1812 e de 1816 como tomaram presas de guerra a serem repartidas. Em 1811, Manuel Marques de Souza comandou uma das duas colunas do Exército Pacificador; mais tarde, como comandante de fronteira deu combate a Artigas e às suas guerrilhas. Foi na posição de comandante que lhe foi possível extrair gados da Banda Oriental. Uma carta anônima acusou Souza e sua família de uma série de irregularidades, cometidas ao tempo do governo de Marquês de Alegrete.<sup>5</sup>

A principal acusação trata de roubo e contrabando de gado, mas outras atuações ilícitas sujam a folha de serviços de Manuel Marques de Souza. O, na época general, é descrito como “hipócrito político, ambicioso e vingativo” e acusado de introduzir no Rio Grande do Sul gado roubado ou trazido dos Campos de Montevideu sem pagar os direitos reais. Esses animais eram imediatamente vendidos ou então colocados sob custódia do sobrinho Antero José Ferreira de Brito. Alegando “sempre artificialmente aplicações para os soldados”, Souza remetia couros e sebos do Acampamento do Chuí para o Rio Grande, mas, em sua maioria, os mesmos eram enviados à sua fazenda ou vendidos, e o dinheiro, apropriado. O autor da carta atestava, ainda, que o general negociava portarias para a soltura de presos, além de agenciar prostitutas às quais dava proteção e mantinha no acampamento da tropa. Aos sobrinhos Israel e Antônio Soares de Paiva – meio-irmãos de Antero José – acobertava os “centos de homens armados, que roubando cavalhadas nas nossas estâncias se ocupavam e julgo se ocupam ainda em fazer corridas, e roubar gados, que conduzem dos Campos da vizinha Fronteira”. Antônio

seria responsável mesmo por participar das corridas de gado “não só roubando, mas espancando, prendendo e matando”.<sup>6</sup>

Apesar das irregularidades e do jogo de interesses entre centro e periferia – no caso entre a Corte e a fronteira – Souza sabia que suas ações deveriam ser mascaradas, no que fingia uma figura de “homem de bem por suas expressões estudadas e astuciosas, por suas participações e por seu fingido zelo”.<sup>7</sup> Obviamente, essa postura era facilitada por seus êxitos militares pelos quais o próprio Souza acreditava ter direito de retirar animais da Banda Oriental como justa recompensa. Ademais, em grande medida, essa ação se dava em situação de guerra, o que serviria para estimular a ele e a seus comandados. Esses consideravam justificável e benéfico o saque de animais, atentos que estavam para receber sua cota.

Conquanto o velho comandante se apoderasse da maior fração da riqueza animal que contrabandeava, ele tinha obrigações para com seus subordinados. Primeiramente com sua parentela, responsável por correr os gados, guardá-los em seus campos e vendê-los. Seus sobrinhos atuavam diretamente nessas etapas e não cabia a Souza privá-los de seus quinhões. Segundo acusações, o gado roubado somente por esse grupo familiar excedia a trinta ou mesmo quarenta mil reses, das quais uma parte recompensava os “centos de homens” necessários ao seu roubo, bem como aos saques, às agressões e aos assassinatos mencionados para obter os animais. A pedra de toque do contrabando está no fato de que essas quadrilhas eram justamente compostas pelos peões, caixeiros e agregados de Souza e seus familiares. Objetivamente, os mesmos homens que trabalhavam em suas fazendas operavam o roubo de gado e compunham as companhias de Milícias sob seu comando. Aumentando o número de *status* envolvidos, multiplicavam-se também as dependências e a confiança necessária para que as empreitadas obtivessem sucesso. Por exemplo, os irmãos Israel e Antônio seguiam os passos do pai e arrematavam o contrato dos dízimos reais na capitania ao mesmo tempo que suas quadrilhas iam e vinham da Banda Oriental em busca de animais, sabendo que contavam com a “proteção do General Comandante da Fronteira que até para fingir que serviam à defesa da Capitania lhes mandou algumas armas”.<sup>8</sup>

O controle sobre o trânsito de gado e sobre a cobrança dos tributos devidos à Província Cisplatina ficava a cargo dos comandantes militares, funções as quais não tinham interesse algum em cumprir. Esses homens

utilizavam-se dos milicianos sob seu comando para praticar arreadas em proveito próprio e de seus aliados. Os Paiva, privilegiados por seus laços familiares, tinham a sua disposição soldados, armas e cavalos para promoverem as arreadas e provavelmente legalizar os animais roubados quando entravam no Rio Grande do Sul. (MIRANDA, 2006, p. 131-132).

Anos antes de se envolver nos explosivos episódios do ano de 1821, Manuel Marques de Souza já contava, portanto, com liderança pessoal e direta tanto diante de sua família quanto sobre tropas militares. O funcionamento exemplar da empresa familiar e de sua capacidade de barganhar e conquistar a confiança dos soldados facilitou sua mobilização nos motins de Porto Alegre, pois os insurgentes viam em Souza um líder militar experiente e bem-sucedido, que lhes proporcionara trabalho legal e ilegal, bem como alguma recompensa nos vultosos saques de animais que praticava. Dependiam diretamente do velho general, mas, ao mesmo tempo, confiavam em seu líder que tantas vezes os beneficiara.

O saque de gado da Banda Oriental e sua entrada clandestina no Rio Grande de São Pedro era uma constante no início dos anos oitocentos, sendo praticado por diversos oficiais militares. Ainda assim, o grupo familiar do velho Manuel Marques de Souza dispunha de estrutura invejável, pois, além dos sujeitos mencionados, podemos somar Antônio Manuel Correia da Câmara, irmão de Bento, e o pai desse o também comandante de fronteira Patrício José – embora a carta anônima afirme a conduta ilibada desse. Por fim, o filho (homônimo de Manuel Marques de Souza) era igualmente militar partícipe das ações das campanhas da década de 10 dos anos 800, e existem poucos motivos para se crer que se isentasse de praticar contrabando de animais visto a ampla disseminação de tal prática em sua família.

Mas essa condição de se apoderar de gado e construir uma sólida confiança com seus subordinados não era restrita a Souza o que me dirige a compreender sua atitude como sendo uma ação sistêmica. E aqui novamente um antropólogo ofereceu-me auxílio para compreender a interpretação dos fatos, desta vez Sahlins. As considerações desse autor sobre a ação social na história estão orientadas por sua concepção de cultura, que, tal como a de Barth, entende o sistema cultural como sendo um conjunto de comportamentos, não somente como a representação abstrata de uma sociedade sobre si mesma. Assim, Sahlins questiona, a partir da obra do grego Tucídides: “Quem são os agentes

dessa história?” “Seriam indivíduos ou coletividades?” Ambos os tipos de sujeito estão presentes nas sociedades que enfocamos, mas como diferenciá-los quando um ou outro se sobressai, “quais são as condições estruturais e situacionais que determinam que às vezes totalidades e às vezes indivíduos se elevem à condição de fazedores da história?” (SAHLINS, 2006, p. 123).

A resposta de Sahlins diferencia dois tipos de ação histórica: uma *sistêmica* e outra *conjuntural*. Na primeira o sujeito a perpetrar a ação é menos importante do que o lugar social que ocupa, pois a capacidade de perpetrar a mesma é mais importante (do ponto de vista analítico) do que a direção que a mesma toma (ainda que essa igualmente afete o devir histórico). A decisão de Napoleão de invadir Portugal dado seu comando do Exército ou a decisão de Dom João VI de refugiar-se no Brasil são exemplos de ação sistêmica, uma vez que são menos o resultado de pessoas em si do que de suas posições de comando, socialmente produzidas.

A singularidade de Napoleão foi historicamente investida de poder em virtude da posição suprema que ocupava em entidades coletivas – a França, o exército – que eram organizadas do ponto de vista hierárquico precisamente para transmitir e implementar sua vontade. (SAHLINS, 2006, p. 150).

Nesse raciocínio, o mesmo pode ser dito do rei de Portugal e dadas as proporções dos líderes militares sul-rio-grandenses. Do ponto de vista do funcionamento de uma sociedade (ou de uma cultura como quer Sahlins), tais decisões só são possíveis porque confluem nesses atores – Napoleão ou Dom João – poderes institucionais que os habilitam a tomar decisões. Conquanto as decisões em si resultem dos sujeitos, os poderes que lhes permitem decidir independem de suas personalidades.

A ação conjuntural, por sua vez, é praticada por um sujeito desprovido de particular articulação estrutural, algumas vezes contando com grande dose de acaso mais do que com a configuração de forças sociais. Nesse viés, é a situação em si que deposita em um sujeito a capacidade de influenciar a sociedade e sua estrutura; algo semelhante a estar num lugar e momento certos. Essa capacidade de afetar a sociedade, entretanto, não se mostra duradoura, enquanto a ação sistêmica perdura ao longo do tempo. Não obstante, ambas são igualmente capazes de influenciar o desenrolar dos eventos, ainda que a segunda seja mais imprevisível.

A proposta aponta menos para uma dicotomização simplista do que para uma curiosa alternativa de escala, ligada a uma necessidade narrativa – não é à toa que Sahlins também figura na lista de leituras de Levi. A ideia é analisar alguns eventos, entendidos como tendências, isto é, como resultado de uma série de eventos dentro da qual nenhum deles se sobressai de maneira expressiva – o que, por sua vez, coloca o tempo breve em sintonia com a preocupação braudeliana da análise estrutural. Outros eventos, por sua vez, ainda que ligados a certas séries de acontecimentos, dependem de ações individuais precisas que são capazes de afetar a relação sujeito-estrutura. Para esse tipo de situação, Sahlins propõe que a narrativa abandone a análise da tendência passando para o modo de “contar uma história”, que aumenta a lente do observador para uma visualização que pode chegar à narrativa dos dias, quando não das horas e, talvez, até dos minutos. Concluindo, “a sugestão é que as coletividades estão para as tendências assim como os indivíduos estão para os eventos; em outras palavras, que a escolha de sujeitos históricos depende do modo de mudança histórica”. (SAHLINS, 2006, p. 123). Essas diferenciações nos orientam a procurar nos acontecimentos – com seu caráter explosivo – elementos que os excedam e que nos permitam ir além do mero encadeamento dos fatos.

É claro que, como antropólogo, Sahlins defende a assunção de uma ordem cultural para a sociedade. Ainda assim, é necessário considerar duas de suas afirmativas mais importantes: a primeira é de que tal ordem não seja constituída exclusivamente no nível simbólico, mas por meio da observação das ações e dos comportamentos dos sujeitos. Nesse sentido, ele se aproxima bastante de Barth que defende a cultura como resultado das ações dos sujeitos, bem como das interpretações e reinterpretações dessas. “Uma vez que a cultura nada mais é do que uma maneira de descrever o comportamento humano, segue-se disso que há grupos delimitados de pessoas, ou seja, unidades étnicas que correspondem a cada cultura.” (BARTH, 2000, p. 25). Simplificando, grupos étnicos específicos se constituem na medida em que grupos de pessoas compartilham um mesmo modo de comportamento. Em segundo lugar, Sahlins raciocina no sentido de dotar de historicidade essa ordem cultural ou de dotar de cultura a própria história, o que, segundo ele, vem a ser a mesma coisa. O objetivo é criar coerência para o sistema a despeito dos resultados específicos de cada situação.



Apenas porque qualquer dos resultados teria sido estruturalmente coerente [...] é que a história, em retrospecto, parece totalmente ordenada pelo esquema cultural. Mas coerência cultural e continuidade cultural não significam que os resultados históricos sejam prescritos pela cultura. O diálogo entre coletivo e individual, estrutura e evento, categoria e prática indica que a continuidade da ordem cultural é um estado alterado produzido por contingências da ação humana. O que se está afirmando não é que a cultura determina a história, mas apenas que a organiza. (SAHLINS, 2006, p. 19).

Voltando ao meu estudo sobre os levantes de 1821, temos agora material para interpretar socialmente a liderança dos mesmos. A capacidade de arremessar homens em torno de si por meio da partilha do gado roubado ou de uma espiral de prestações de serviços era uma característica específica do General Manuel Marques de Souza? A literatura sobre o assunto aponta para essas como sendo práticas generalizadas desde o século XVIII. (LEITMAN, 1979; PICCOLO, 1985; GUAZZELLI, 1998; GIL, 2003, MIRANDA, 2006, FARINATTI, 2007). Portanto, a ação não dependia exatamente da pessoa de Souza – conquanto o sucesso e o alcance da mesma estivesse vinculado a si – mas da posição social que o general ocupava como militar, estancieiro e membro de uma família composta por sujeitos com diferentes atividades econômicas. O dispositivo social, acionado pelo general tantas vezes ao longo de sua vida, seria capaz de ativar a confiança e a dependência dos soldados em 1821, mobilizando-os aos seus intentos insurrecionais. Nesse segundo caso, se a decisão cabia ao indivíduo, ainda assim a capacidade de executá-la se encontrava socialmente construída por uma estrutura de relações sociais reiteradas no tempo, o comando/liderança dos homens. A possibilidade de contestação, por sua vez, também não estava isolada, pois se inseria no contexto da Revolução do Porto e do juramento forçado da Constituição portuguesa por Dom João VI, não sendo puramente conjuntural, dado que o império português se desagregava, elemento que pode ser lido no panorama mais amplo da descolonização da América ibérica. (GUERRA, 2001). As ações de Souza e de seu sobrinho Antero, portanto, são sistêmicas, demonstrando algo da sociedade em que viviam. Não estivessem eles investidos do *status* de atores sociais, dificilmente teriam os meios de realizá-las.

A conclusão do caso específico que estudei é a de que a possibilidade de insurreição se encontrava fundamentada no conjunto de ações

reiteradas no tempo. O episódio perde um pouco seu carácter factual e singular para figurar dentro de uma ordem cultural enquanto é comportamento partilhado por diversas pessoas na sociedade e, por isso mesmo, estruturante da mesma. A ordem cultural de Sahlins ou o sistema cultural de Barth são tão somente outros nomes para a sociedade enfocada pelos historiadores, e a preocupação de ambos com a reiteração dos comportamentos, ao longo do tempo, adquire tons de uma visão estrutural, ainda que sempre devidamente ligada às ações individuais concretas. Nessa ótica, pouco importa se os levantes foram ou não bem-sucedidos, pois qualquer resultado teria sido “estruturalmente coerente”. Nesse norte, tais metodologias e esquemas interpretativos são facilmente transpostos e aplicáveis aos problemas históricos, atentando-se sempre para as escalas de análise a serem utilizadas. Não é nas respostas desses antropólogos que o historiador encontra auxílio, mas na maneira deles pensarem suas perguntas.

## Notas

---

<sup>1</sup> A ideia de expectativa, como construção de uma nova possibilidade de futuro, baseia-se em Koselleck (1999).

<sup>2</sup> O exemplo de Barth conta ainda com mais um ator social, o *netboss*, responsável por gerir o lançamento e o recolhimento da rede a partir de embarcações menores. Conquanto o capitão seja soberano na condução do barco principal, o *netboss* é capaz de decisões autônomas quando do lançamento da rede. Essa situação aumenta a tensão e a competitividade entre os dois membros da tripulação, bem como a exigência de um trabalho coordenado. (BARTH, 1981a, p. 45). Uma interessante leitura de como Barth influenciou a micro-história italiana encontra-se em Rosental (1998).

<sup>3</sup> “A importância dos efetivos não-profissionais era mesmo enorme: nos primeiros anos, após a independência, o exército tinha apenas três unidades na província do Rio Grande do Sul, enquanto as Milícias contavam com sete. Como herança do Império Colonial Português, o Estado Brasileiro nascia com uma grande dependência em relação aos particulares, para a defesa militar de seus interesses nos confins meridionais.” (FARINATTI, 2007, p. 170). Sobre recrutamento veja-se também Peregalli (1986).

<sup>4</sup> Gil apresenta o cálculo realizado para a partilha do butim quando da tomada da posição espanhola de São Martinho em 1775. Primeiramente retirava-se 20% do total, correspondente ao quinto de Sua Majestade; o restante era dividido na seguinte proporção: soldados, peões, agregados e índios eram contados como

*um*; oficiais subalternos, como *dois*; capitães tiveram peso *três*, e o comandante, *doze*. O autor conclui que, embora a divisão de bens privilegiasse estratos superiores da sociedade (dada sua equivalência com a hierarquia militar), as camadas mais baixas encontravam na guerra uma significativa possibilidade de melhoria de vida. A mesma opinião é estendida ao século XIX por Farinatti. (GIL, 2003, p. 34; FARINATTI, 2007, p. 174-175).

<sup>5</sup> A carta é anônima e consiste numa série de acusações contra o governo do Marquês do Alegrete, governador do Rio Grande de São Pedro entre 1814 e 1818. Em anotação anterior ao documento, consta ser “de um clérigo que me informa de roubos à minha Coroa”. (BNRJ. Coleção Augusto de Lima Júnior, II – 35, 34, 12).

<sup>6</sup> Os irmãos Paiva mostram a ascensão de uma elite mista aos postos da política. Após os anos de roubo e contrabando integraram a vida política do pós-independência. Israel foi membro do Conselho Geral da Província em 1830 e da Assembleia Provincial em 1837 e 1847 estendendo um braço político à atuação da facção. Com o alargamento da participação política no Primeiro Império, esse tipo de relação complementar assumiria a tônica da elite do século XIX. A citação é da mesma carta.

<sup>7</sup> BNRJ. Coleção Augusto de Lima Júnior, II – 35, 34, 12.

<sup>8</sup> BNRJ. Coleção Augusto de Lima Júnior, II – 35, 34, 12.

## Referências

- BARTH, Fredrik. Models of social organization I. In: BARTHES, F. *Process and form in social life: selected essays of Fredrik Barth*. London; Boston and Henley: Routledge & Kegan Paul, 1981a. v. 1.
- BARTH, Fredrik. Models reconsidered. In: BARTH, Fredrik. *Process and form in social life: selected essays of Fredrik Barth*. London; Boston and Henley: Routledge & Kegan Paul, 1981b. v. 1.
- BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.
- FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. 2007. Tese (Doutorado) – PPGHIS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.
- FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. Lisboa: Presença, 1989.
- GIL, Tiago Luís. *Os infiéis transgressores: contrabando e sociedade nos limites imperiais (Rio Grande e Rio Pardo, 1760-1810)*. 2003. Dissertação (Mestrado) – PPGHIS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.
- GRENDI, Edoardo. *Polanyi: dall'antropologia economica alla microanalisi storica*. Milão: Etas Libri, 1978.
- GUAZZELLI, César Augusto. *O horizonte da província: a República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. 1998. Tese (Doutorado) – PPGHIS/UFRJ, Rio de Janeiro, 1998.
- GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. México: FCE; Mapfre, 2001.
- HAMEISTER, Martha Daisson. *O continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c. 1727-c. 1763)*. 2002. Dissertação (Mestrado) – PPGHIS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.
- HESPANHA, António Manuel; XAVIER, Ângela Barreto. As redes clientelares. In: HESPANHA, António Manuel (Coord.). *História de Portugal: o antigo regime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa, 1993. v. 4.
- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.
- LEITMAN, Spencer. Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Edunesp, 1992.
- LEVI, Giovanni. Comportamentos, recursos, processos: antes da revolução do consumo. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LIMA FILHO, Henrique Espada Rodrigues. *Micróstoria: escalas, indícios e singularidades*. 1999. Tese (Doutorado) – Unicamp, Campinas, 1999.

- MIRANDA, Márcia Eckert. *A estalagem e o império: crise do antigo regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831)*. 2006. Tese (Doutorado) – Unicamp, Campinas, 2006.
- PEREGALLI, Enrique. *Recrutamento militar do Brasil colonial*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1986.
- PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. A Guerra dos Farrapos e a construção do Estado Nacional. In: DACANAL, José Hildebrando (Org.). *A Revolução Farroupilha: história e interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- ROSENTAL, Paul-André. Construir o macro pelo micro: Fredrik Barth e a micróstoria. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- SAHLINS, Marshall. *História e cultura: apologias a Tucídides*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.

Artigo recebido em 12 março de 2009. Aprovado em 29 de março de 2009.